

LEIA GEOPOLÍTICA E PODER – COLETANIA PAULO TIMM ORG.- CLIQUE

[HTTP://WWW.PAULOTIMM.COM.BR/SITE/DOWNLOADS/LIB/PASTAUP/OBRAS%20DO%20TIMM/151214122444GEOPOLITICA_E_PODER.PDF](http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/obras%20do%20timm/151214122444GEOPOLITICA_E_PODER.PDF)

INDICE

1. A democracia em declínio e os tambores da guerra - Immanuel Wallerstein

2. Agamben: o flerte do Ocidente com o totalitarismo

3. O silencioso golpe militar que se apoderou de Washington – J. Pilger

4. O mundo sobreviverá à ambição arrogante de Washington?

Paul Craig Roberts,

5. La democracia en U.S.A. se fue a bolina - Salvador Capote

6. Declínio e queda do império americano - Alfred W. McCoy

7. Cómo la Carta Magna se convirtió en Minor Carta - Noam Chomsky

8. Entrevista - Raquel Varela - "O modelo que fundamenta a social-democracia se esvaiu"

Dominique Moïsi: "Estamos caminhando para um mundo pós-ocidental?"



1. **A democracia em declínio e os tambores da guerra**

Immanuel Wallerstein

QUA, 06/01/2016 - [HTTP://JORNALGGM.COM.BR/NOTICIA/A-DEMOCRACIA-EM-DECLINIO-E-OS-TAMBORES-DA-GUERRA-POR-IMMANUEL-WALLERSTEIN#.VO6GI_RTFVC.FACEBOOK](http://jornalggm.com.br/noticia/a-democracia-em-declinio-e-os-tambores-da-guerra-por-immanuel-wallerstein#.VO6GI_RTFVC.FACEBOOK)



Do Outras Palavras

A democracia em declínio e os tambores da guerra

Desarmados pelas finanças, governos veem-se impotentes, desgastam-se com rapidez, são derrotados. Espalha-se uma tentação: e se saída estiver no ódio ao outro e nas armas?

Por **Immanuel Wallerstein** | Tradução: **Inês Castilho** | Imagem: **Alex Cherry**

Foi um mau ano para os partidos no poder que enfrentaram eleições. Eles vêm sofrendo derrotas completas ou ao menos relativas. O foco tem se voltado para as eleições em que os chamados partidos de direita saem-se melhor — às vezes, muito melhor — que partidos no poder considerados de esquerda. Exemplos notáveis são Argentina, Venezuela e Dinamarca. Talvez possa-se acrescentar os Estados Unidos.

Menos comentada tem sido a situação opostas: partidos no poder que são “de direita” perdendo para forças de esquerda ou, ao menos, reduzindo seu percentual e número de cadeiras em plano nacional e ou local. Isso é verdade, de distintas maneiras, no Canadá, Austrália, Espanha, Portugal, Holanda, Itália e Índia.

O problema talvez não sejam os programas implementados pelos partidos, mas o fato de que os partidos no poder estão sendo culpados pela má situação das economias. Uma reação que vimos em quase todo lugar é o populismo xenófobo, de direita. Outra reação é demandar mais — e não menos — medidas do Estado de bem-estar social, conhecidas como “anti-austeridade”. Claro, é possível ser xenófobo e anti-austeridade ao mesmo tempo.

Mas quando um partido chega ao poder e precisa governar, espera-se que faça diferença na vida de quem o elegeu. E se não consegue fazê-lo, pode enfrentar reação severa nas eleições futuras, muitas vezes num breve prazo de tempo. É o que o primeiro ministro Modi, da Índia, aprendeu quando, menos de um ano depois de uma eleição nacional arrebatadora, seu partido teve mau desempenho nas eleições provinciais de Nova Deli e Bihar, onde acabara de vencer.

Não penso que essa volatilidade vá acabar tão cedo. A razão é bastante simples. Os mantras neoliberais de crescimento e competitividade não são capazes de reduzir significativamente os níveis de desemprego. Como resultado, podem forçar a transferência de riqueza dos estratos mais baixos para os mais ricos. Isso é muito visível e é o que leva à denúncia dos programas de austeridade.

A reação xenófoba responde a uma necessidade psíquica, mas não leva à elevação do nível de emprego, e portanto também não ao aumento da renda real. Os eleitores podem então retirar esses partidos do poder, como podem aqueles que lutam por objetivos de esquerda, como a elevação dos impostos pagos pelos muito ricos. Por sua vez, os governos – de esquerda, centro ou direita – têm menos dinheiro para as medidas de proteção social.

A combinação desses elementos não é muito negativa apenas para aqueles que se encontram na base da pirâmide de renda. Significa também o chamado declínio da classe média – ou seja, a queda de muitas famílias para as fileiras dos estratos mais baixos. Note-se, porém, que o modelo de eleições parlamentares disputadas basicamente por dois partidos *mainstream* é baseado na existência de um estrato de classe média numericamente grande, pronto para deslocar seus votos leve e calmamente entre dois partidos de centro,

bastante semelhantes. Sem esse modelo funcionando, o sistema político torna-se imprevisível, tal como estamos vendo agora.

Acabo de descrever a cena intra-Estados. Mas há também a cena inter-Estados – o poder global relativo dos diferentes Estados. Assim como deve-se olhar para os níveis reais de emprego dentro de cada Estado, as taxas de câmbio entre as moedas são a chave para avaliar o poder entre Estados. O dólar mantém-se no topo, principalmente porque não há nenhuma boa alternativa no curto prazo. Contudo, a moeda norte-americana não é estável, e está também sujeito a mudanças súbitas e voláteis, assim como a um declínio relativo, no longo prazo.

Taxas de câmbio caóticas significam que resta uma última solução, extremamente perigosa, para reforçar o poder relativo entre Estados: a guerra. A guerra é ao mesmo tempo intimidadora e remuneradora no curto prazo, ainda que seja devastadora humanamente e leve à exaustão, no longo prazo. De modo que, quando os Estados Unidos debatem como perseguir seus interesses na Síria ou no Afeganistão, é muito forte a pressão para ampliar o envolvimento militar, ao invés de reduzi-lo.

Não é, em suma, um cenário bonito. A questão, para os partidos políticos, é que não é um bom tempo para realizar eleições. Alguns partidos no poder estão começando a julgar que não deveriam realizá-las, ou ao menos evitar eleições que sejam, ainda que marginalmente, competitivas.

2. Agamben: o flerte do Ocidente com o totalitarismo

<http://outraspalavras.net/capa/agamben-o-flerte-do-ocidente-com-o-totalitarismo/>

GIORGIO AGAMBEN

– ON 04/01/2016 CATEGORIAS: CAPA, GEOPOLÍTICA, INTERNET, MUNDO





Estado de Segurança: governos movimentam-se para restringir liberdades, atemorizar cidadãos e reduzi-los, enfim, à passividade. Isso nada tem a ver com “combate ao terrorismo”

Por **Giorgio Agamben** | Tradução **Pedro Lucas Dulci**

O estado de emergência não é um escudo que protege a democracia. Pelo contrário, ele sempre acompanhou as ditaduras e até forneceu um quadro jurídico para as atrocidades da Alemanha nazista. A França deve resistir à política do medo.

Não será possível compreender o verdadeiro problema da prorrogação do estado de emergência nesse país – até o final de fevereiro – se ele não for examinado no contexto de uma transformação radical do modelo de Estado que se tornou familiar. É preciso, acima de tudo, desmentir as palavras das mulheres e homens políticos irresponsáveis, segundo as quais o estado de emergência seria um escudo para a democracia.

Os historiadores estão bem conscientes de que o oposto é verdadeiro. O estado de emergência é precisamente o dispositivo pelo qual os poderes totalitários instalaram-se na Europa. Nos anos que antecederam a tomada do poder por Hitler, os governantes social-democratas da República de Weimar tinham recorrido tantas vezes ao estado de emergência (estado de exceção, como é chamado na Alemanha), que se pode dizer que esse país já tinha cessado, antes de 1933, de ser uma democracia parlamentar.

Mas o primeiro ato de Hitler, após a sua nomeação, foi proclamar de novo o estado de emergência, que nunca foi revogado. Quando nos surpreendemos com os crimes que foram cometidos com impunidade pelos nazistas na Alemanha, nos esquecemos de que essas ações eram perfeitamente legais, pois as liberdades individuais haviam sido suspensas.

Não está claro por que tal cenário não se repetiria na França. É possível imaginar sem dificuldade um governo de extrema-direita servir-se, para seus propósitos, de um estado de emergência a que os governos socialistas tornaram agora os cidadãos acostumados. Em um país que vive em uma emergência prolongada, e em que as operações policiais vão substituir gradualmente o Judiciário, devemos esperar uma deterioração rápida e irreversível das instituições públicas.

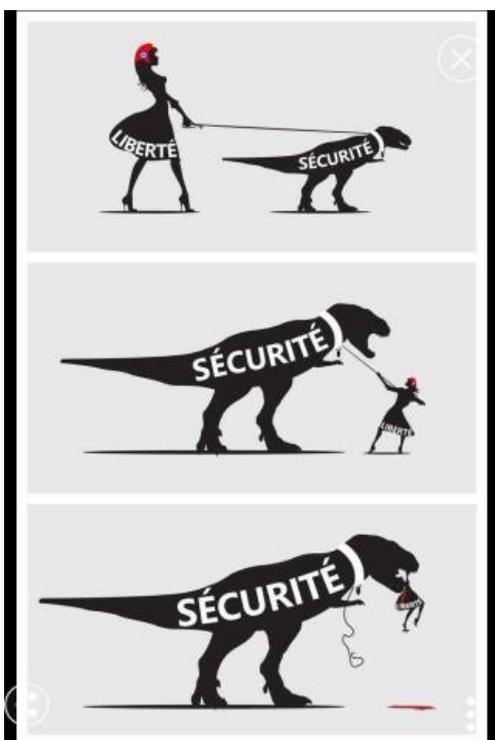
Isto é especialmente verdadeiro já que o estado de emergência faz parte do processo que atualmente faz com que as democracias ocidentais involuam para algo chamado Estado de Segurança (“Security State”, como dizem os cientistas políticos americanos). A palavra “segurança” entrou totalmente no discurso político e, pode-se dizer sem medo de errar, que as “razões de segurança” tomaram o lugar do que foi chamado anteriormente o “raison d’Etat” [razão de ser do Estado]. Uma análise desta nova forma de governo, no entanto, ainda está ausente. Como o Estado de Segurança não é nem o Estado de Direito, nem aquilo que Michel Foucault chamou de “sociedades disciplinares”, ele requer alguns marcos para uma possível definição.

No modelo do inglês Thomas Hobbes, que influenciou tão profundamente nossa filosofia política, o contrato que transfere para os poderes soberanos pressupõe medo mútuo da guerra de todos contra todos: o Estado é precisamente o que tem que acabar com o medo. No Estado de Segurança, esse padrão se inverte: o Estado é permanentemente fundamentado no medo e deve, a todo o custo, manter-se assim, uma vez que desse medo ele deriva a sua função essencial e legitimidade.

Foucault já havia mostrado que quando a palavra “segurança” aparece pela primeira vez na França no discurso político, com os governos fisiocratas de antes da Revolução, não foi para evitar desastres e fomes — mas para deixar que eles acontecessem para, em seguida, governar em um sentido que pensavam ser rentável.

Nenhum senso jurídico

Da mesma forma, a segurança em questão hoje não se destina a impedir atos de terrorismo (que também é algo extremamente difícil, se não impossível, uma vez que as medidas de segurança são eficazes apenas após o fato e o terrorismo é, por definição, uma série de primeiros disparos). Destina-se a estabelecer uma nova relação com os homens, que é a de um controle generalizado e ilimitado – daí a ênfase particular em dispositivos que permitem o controle completo de dados informáticos e de comunicação dos cidadãos, incluindo o direito de remoção integral do conteúdo de computadores.



O risco que primeiramente enfrentamos é a tendência à criação de uma relação sistêmica entre o terrorismo e segurança do Estado. Se o Estado precisa legitimar o medo, é preciso, em última análise, produzir terror, ou, pelo menos, não impedir que ele ocorra. É por isso que muitos países adotam uma política externa que alimenta o terrorismo — o qual dizem combater em seu interior — e manter relações cordiais, ou até mesmo vender armas, a Estados conhecidos para financiar organizações terroristas.

Um segundo ponto a notar é a mudança do estatuto político dos cidadãos e do povo, que deveria ser o titular da soberania. No Estado de Segurança, há uma tendência irrepreensível ao que só pode ser chamado de uma despolitização progressiva dos cidadãos, cuja participação na política é reduzida às urnas.

Esta tendência é particularmente preocupante e até havia sido teorizado por juristas nazistas, definindo o povo como elemento essencialmente apolítico, cujo Estado deve garantir a proteção e o crescimento.

No entanto, de acordo com os juristas, só há uma maneira de tornar político este elemento *impolítico*: pela igualdade de descendência e de raça, que irá distingui-lo do estrangeiro e do inimigo. Isto não significa confundir o Estado nazista com o Estado de Segurança contemporâneo: o que se precisa entender é que, ao se despolitizar os cidadãos, eles não poderão sair de sua passividade, uma vez que eles são mobilizados pelo medo contra um inimigo estrangeiro que não seja somente externo (como no caso dos judeus na Alemanha ou, agora, com os muçulmanos na França).

É neste contexto que devemos considerar o sinistro projeto de privação da nacionalidade de cidadãos binacionais, que relembra a lei fascista de 1926 sobre a desnacionalização dos “cidadãos indignos da cidadania italiana” e leis nazistas na desnacionalização dos judeus.

Um terceiro ponto, cuja importância não devemos subestimar, é a transformação radical dos critérios que estabelecem a verdade e a certeza na esfera pública. Registra-se, acima de tudo, a um observador atento às atas de crimes de terrorismo, a renúncia total do estabelecimento da certeza jurídica.

Enquanto compreende-se, em um Estado de direito, que um crime só pode ser comprovado por um inquérito judicial, sob o paradigma de segurança devemos nos contentar com o que dizem polícia e os meios de comunicação que dela dependem – ou seja, duas instâncias que sempre foram considerados pouco confiáveis. Daí as imprecisões incríveis e as contradições patentes nas reconstruções apressadas de eventos, que conscientemente iludem qualquer possibilidade de verificação e falsificação e que mais se parecem com fofocas do que com inquéritos. Isto significa que o Estado de Segurança tem um interesse em que os cidadãos – cuja proteção ele deve assegurar – permaneçam sem saber o que os ameaça, pois incerteza e medo andam juntos.

A mesma incerteza que se encontra no texto da lei de 20 de Novembro sobre o estado de emergência, que se refere a “qualquer pessoa em relação à qual haja razões sérias para considerar que o seu comportamento é uma ameaça à ordem pública e à segurança”. É bastante óbvio que a frase “razões sérias para

considerar” não tem nenhum significado jurídico e, como refere-se à arbitrariedade de quem “considera”, pode ser aplicada a qualquer momento e contra qualquer um. No Estado de Segurança, essas formas indeterminadas, que foram sempre consideradas pelos advogados como contrárias ao princípio da segurança jurídica, tornam-se a norma.

Despolitização dos cidadãos

A mesma imprecisão e os mesmos equívocos retornam nas declarações de mulheres e homens políticos, segundo os quais a França estaria em guerra contra o terrorismo. A guerra contra o terrorismo é uma contradição em termos, porque o estado de guerra é definido precisamente pela capacidade de identificar com certeza o inimigo com o qual se deve lutar. Na perspectiva securitária, o inimigo deve – pelo contrário – permanecer vago, no interior, mas também no exterior, de modo que qualquer um possa ser identificado como tal.

A manutenção de um estado de medo generalizado, a despolitização dos cidadãos, a renúncia à efetividade da lei: essas três características do Estado de Segurança, que bastam para perturbar os espíritos. Porque isso significa, em primeiro lugar, que o Estado de Segurança para o qual estamos escorregando faz o oposto do que ele promete. A segurança significa falta de preocupação (*sine cura*) –, enquanto ele mantém o medo e o terror. O Estado de Segurança é, por outro lado, um Estado policial, porque pelo eclipse do Poder Judiciário, ele generaliza a margem discricionária do polícia, a qual, em um estado de emergência constante, torna-se cada vez mais soberana.

Por meio da despolitização gradual dos cidadãos, convertidos de alguma forma transforma em terroristas potenciais; o Estado de Segurança, finalmente lançou-se do campo conhecido da política, para se dirigir a uma zona incerta, onde o público e privado se confundem, e onde é difícil definir as fronteiras entre eles.

Gostou do texto? Contribua para
manter e ampliar nosso jornalismo
de profundidade

outros Quinhentos





1.4k



4



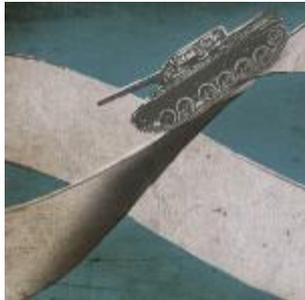
0



1



Sobre o mesmo tema:



- 22/12/2015 [Chomsky desnuda a “Guerra ao Terror”\(2\)](#)



- 23/12/2015 [Adolescência perdida dos garotos do ISIS\(0\)](#)



- 17/11/2015 [Terror: o Ocidente prepara a pior resposta\(9\)](#)



- 25/02/2015 [Um contrapeso ao poder do Ocidente?\(0\)](#)

The following two tabs change content below.



Giorgio Agamben

Giorgio Agamben (Roma, 22 de abril de 1942) é um filósofo italiano, autor de obras que percorrem temas que vão da estética à política. Seus trabalhos mais conhecidos incluem sua investigação sobre os conceitos de estado de exceção e homo sacer. Seus livros podem ser encontrado em nossa livraria virtual. [Veja aqui](#)

3.O silencioso golpe militar que se apoderou de Washington



Um ataque contra a Síria ou Irã ou contra qualquer outro demônio estadunidense se baseará em uma variante de moda, a "Responsabilidade de Proteger", ou R2P, cujo fanático pregoeiro é o ex-ministro de Relações Exteriores australiano Gareth Evans, co-presidente de um "centro mundial" com base em Nova Iorque. Por John Pilger, do The

Guardian

Por John Pilger (*)

Na parede tenho exposta a primeira página do Daily Express de 5 de setembro de 1945 com as seguintes palavras: "Escrevo isto como uma advertência ao mundo". Assim começava o relatório de Wilfred Burchett sobre Hiroshima. Foi a notícia bomba do século.

Com motivo da solitária e perigosa viagem com a qual desafiou as autoridades de ocupação estadunidenses, Burchett foi colocado na picota, sobretudo por parte de seus colegas. Avisou que um ato premeditado de assassinato em massa a uma escala épica acabava de dar o disparo de partida para uma nova era de terror.

Na atualidade, [a advertência de] Wilfred Burchett está sendo reivindicada pelos fatos quase todos os dias. A criminalidade intrínseca da bomba atômica foi corroborada pelos Arquivos Nacionais dos EUA e pelas ulteriores décadas de militarismo camuflado como democracia. O psicodrama sírio é um exemplo disso. Uma vez mais somos reféns da perspectiva de um terrorismo cuja natureza e história continuam sendo negadas inclusive pelos críticos mais liberais. A grande verdade inominável é que o inimigo mais perigoso da humanidade está do outro lado do Atlântico.

A farsa de John Kerry e as piruetas de Barack Obama são temporais. O acordo de paz russo sobre armas químicas será tratado ao cabo do tempo com o desprezo que todos os militaristas reservam para a diplomacia. Com a al-Qaeda figurando agora entre seus aliados e com os golpistas armados pelos EUA solidamente instalados no Cairo, os EUA pretendem esmagar os últimos Estados independentes do Oriente Próximo: primeiro a Síria, depois o Irã. "Esta operação [na Síria]", disse o ex-ministro de exterior francês Roland Dumas em junho, "vem de muito antes. Foi preparada, pré-concebida e planejada".

Quando o público está "psicologicamente marcado", como descreveu o repórter do Canal 4, Jonathan Rugman, a esmagadora oposição do povo britânico a um ataque contra a Síria, a supressão da verdade se converte em tarefa urgente. Seja ou não verdade que Bashar al-Assad ou os "rebeldes" utilizaram gás nos subúrbios de Damasco, são os EUA, não a Síria, o país do mundo que utiliza essas terríveis armas de forma mais prolífica.

Em 1970 o Senado informou: "Os EUA derramaram no Vietnã uma quantidade de substâncias químicas tóxicas (dioxinas) equivalente a 2,7 quilos por cabeça". Aquela foi a denominada Operação Hades, mais tarde rebatizada mais amavelmente como Operação Ranch Hand, origem do que os médicos vietnamitas denominam "ciclo de catástrofe fetal". Vi gerações inteiras de crianças afetadas por deformações familiares e monstruosas. John Kerry, cujo expediente militar escorre sangue, seguramente que os lembra. Também os vi no Iraque, onde os EUA utilizaram urânio empobrecido e fósforo branco, como o que fizeram os israelenses em Gaza. Para eles não houve as "linhas vermelhas" de Obama, nem o psicodrama de enfrentamento.

O repetitivo e estéril debate sobre se "nós" devemos "tomar medidas" contra ditadores selecionados (ou seja, se devemos aplaudir os EUA e seus acólitos em outra nova matança aérea) forma parte de nosso lavado de cérebro. Richard Falk, professor emérito de Direito Internacional e relator especial da ONU sobre a Palestina, o descreve como "uma máscara legal/moral unidirecional com anseios de superioridade moral e cheia de imagens positivas sobre os valores ocidentais e imagens de inocência ameaçada cujo fim é legitimar uma campanha de violência política sem restrições". Isso "está tão amplamente aceito que é praticamente impossível de questionar".

Se trata da maior mentira, parida por "realistas liberais" da política anglo-estadunidense e por acadêmicos e meios de comunicação auto proclamados gestores da crise mundial mais que como causantes dela. Eliminando o fator humanidade do estudo dos países e congelando seu discurso com uma linguagem a serviço dos desígnios das potências ocidentais, endossam a etiqueta de "falido", "delinquente" ou malvado aos Estados aos que depois infligirão sua "intervenção humanitária".

Um ataque contra a Síria ou Irã ou contra qualquer outro demônio estadunidense se baseará em uma variante de moda, a "Responsabilidade de Proteger", ou R2P, cujo fanático pregoeiro é o ex-ministro de Relações Exteriores australiano Gareth Evans, co-presidente de um "centro mundial" com base em Nova Iorque. Evans e seus grupos de pressão generosamente

financiados jogam um papel propagandístico vital instando a "comunidade internacional" a atacar os países sobre os quais "o Conselho de Segurança resiste aprovar alguma proposta ou que recusa abordá-la em um prazo razoável".

O de Evans vem de longe. O personagem já apareceu em meu filme de 1994, *Death of a Nation*, que revelou a magnitude do genocídio no Timor Leste. O risonho homem de Canberra alça sua taça de champanhe para brindar por seu homólogo indonésio enquanto sobrevoam o Timor Leste em um avião australiano depois de haver firmado um tratado para piratear o petróleo e gás do devastado país em que o tirano Suharto assassinou ou matou de fome um terço da população.

Durante o mandato do "débil" Obama o militarismo cresceu talvez como nunca antes. Ainda que não haja nenhum tanque no gramado da Casa Branca, em Washington se produziu um golpe de Estado militar. Em 2008, enquanto seus devotos liberais enxugavam as lágrimas, Obama aceitou em sua totalidade o Pentágono que lhe legava seu predecessor George Bush, completo com todas suas guerras e crimes de guerra. Enquanto a Constituição vai sendo substituída por um incipiente Estado policial, os mesmos que destruíram o Iraque a base de comoção e pavor, que converteram o Afeganistão em uma pilha de escombros e que reduziram a Líbia a um pesadelo hobbesiano, esses mesmos são os que estão ascendendo na administração estadunidense. Por trás de sua amedalhada fachada, são mais os antigos soldados estadunidenses que estão se suicidando que os que morrem nos campos de batalha. No ano passado 6.500 veteranos tiraram suas vidas. A colocar mais bandeiras.

O historiador Norman Pollack chama isso de "liberal-fascismo": "Em lugar de soldados marchando temos a aparentemente mais inofensiva militarização total da cultura. E em lugar do líder grandiloquente temos um reformista falido que trabalha alegremente no planejamento e execução de assassinatos sem deixar de sorrir um instante". Todas as terças-feiras, o "humanitário" Obama supervisiona pessoalmente uma rede terrorista mundial de aviões não tripulados que reduz a mingau as pessoas, seus resgatadores e seus doentes. Nas zonas de conforto do Ocidente, o primeiro líder negro no país da escravidão ainda se sente bem, como se sua mera existência supusesse um avanço social, independentemente do rasto de sangue que vai deixando. Essa obediência a um símbolo destruiu praticamente o movimento estadunidense contra a guerra. Essa é a particular façanha de Obama.

Na Grã Bretanha as distrações derivadas da falsificação da imagem e da identidade políticas não triunfaram completamente. A agitação já começou, mas as pessoas de consciência deveriam apressar-se. Os juízes de Nuremberg foram sucintos: "Os cidadãos particulares têm a obrigação de violar as leis nacionais para impedir que se perpetrem crimes contra a paz e a humanidade". As pessoas normais da Síria, e muito mais gente, como nossa própria autoestima, não se merecem menos nestes momentos.

(*) Jornalista do The Guardian. Grã Bretanha. Em "Bitácora" do Uruguai.

Tradução: Liborio Júnior

4.O mundo sobreviverá à ambiçãoarrogante de Washington?

Paul Craig Roberts, Institute of Political Economy

<http://www.paulcraigroberts.org/2012/06/28/can-the-world-survive-washingtons-hubris/>

Quando o presidente Reagan nomeou-me para o cargo de vice-secretário do Tesouro para Política Econômica, disse-me que tínhamos de restaurar a economia dos EUA, resgatá-la da estagflação, para voltarmos a ter economia forte, para enfrentar os soviéticos e convencê-los a negociar o fim da Guerra Fria. Reagan disse que não havia motivo algum para continuarmos a viver sob a ameaça de uma guerra nuclear. O governo Reagan alcançou os dois objetivos.

Mas, imediatamente depois, esses dois sucessos do governo Reagan foram descartados pelos governos que vieram depois dele. Foi o próprio vice-presidente de Reagan e seu sucessor na presidência, George Herbert Walker Bush, quem primeiro violou o acordo Reagan-Gorbachev: ao incorporar à OTAN partes do Império Soviético; e ao instalar bases militares ocidentais junto à fronteira da Rússia.

O processo de cercar a Rússia com bases militares prosseguiu sem descanso a longo de vários governos nos EUA, com inúmeras “revoluções coloridas” pagas pelo Fundo Nacional dos EUA para a Democracia [orig. US National Endowment for Democracy, NED] que, para muitos, não passa de fachada para ações clandestinas da CIA. Washington tentou ‘mudança de regime’ na Ucrânia, para instalar ali um governo controlado por Washington; e na Georgia ex-soviética, terra natal de Joseph Stalin, conseguiu.

O presidente da Georgia, país entre o Mar Negro e o Mar Cáspio, é rele fantoche de Washington. Anunciou, há pouco tempo, que a Georgia ex-soviética será incorporada à OTAN, como membro pleno, em 2014.

Os mais velhos ainda lembrarão que a Organização do Tratado do Atlântico Norte, OTAN, é aliança criada entre a Europa Ocidental e os EUA, contra o perigo de o Exército Vermelho tomar toda a Europa Ocidental. O Atlântico Norte fica muito, muito longe do Mar Negro e do Mar Cáspio. Por quê a Georgia seria convertida em membro da OTAN... a menos que se trate de, assim, oferecer a Washington uma base militar no “baixo ventre macio da Rússia” [ing. Russian soft underbelly, expressão criada por Churchill, no início do século 20]?

É absolutamente evidente, evidente demais, que os EUA – os dois principais partidos – já decidiram que Rússia e China são os inimigos ‘da hora’. Ainda não

se sabe se o 'projeto' é destruir os dois países ou apenas incapacitá-los e torná-los impotentes, para que não se possam opor ao avanço imperial de Washington. **Seja qual for o projeto, todos os caminhos levam à guerra nuclear.**

A prostituída imprensa-empresa norte-americana [orig, presstitute American press] insiste em que um diabólico governo Sírio 'do mal' estaria assassinando civis inocentes, que só ansiariam por democracia; que se a ONU não intervier militarmente, os EUA terão de agir, em nome da defesa de direitos humanos. Rússia e China são pintadas como demônios-assessores do demônio mor sírio, até por altos funcionários do governo dos EUA, porque se eopõem ativamente à ideia ensandecida de que a OTAN 'deve' atacar a Síria.

Os fatos são muito diferentes e absolutamente não aparecem na prostituída imprensa-empresa norte-americana e nas 'declarações' de altos funcionários do governo dos EUA. Os 'rebeldes' sírios estão armados com armamento militar. Os 'rebeldes' estão lutando contra o exército sírio. Os 'rebeldes' massacram civis. Os mesmos 'rebeldes', em seguida, 'informam' às mídias prostituídas que lhes prestam o sujo serviço de distribuir propaganda noocidente, que os massacres seriam obra do governo sírio. E subprostitutas da subimprensa-empresa de repetição repetem para todo o ocidente a mesma propaganda.

Dado que as armas que se veem nas mãos dos 'rebeldes' não estão à venda nos mercados sírios nem em banca de frutas, é óbvio que alguém está armando os 'rebeldes'. Os melhores analistas e observadores do mundo têm repetido que aquelas armas são fornecidas aos 'rebeldes' pelos EUA ou por subalternos aos quais os EUA atribuem a tarefa (local) de armar 'rebeldes' (locais), em vários pontos do mundo.

Assim sendo, já não é segredo que Washington provocou uma guerra civil na Síria, exatamente como fez na Líbia. Apenas que, dessa vez, russos e chineses perceberam a tempo e absolutamente não permitirão que se aprove, no Conselho de Segurança da ONU, resolução-golpe semelhante à que o ocidente conseguiu arrancar do CS e usou contra Gaddafi.

Para contornar esse impedimento, peguem aí um avião Phantom velho, dos anos 1960s, da Guerra do Vietnã, e mandem a Turquia mandar o Phantom voar para dentro das fronteiras sírias. Os sírios derrubarão o jato velho e, então, a Turquia apelará aos seus aliados na ONU, para que acorram em seu socorro contra a Síria. Fracassada a opção ONU, Washington poderá invocar algum neo 'dever-de-atacar', nos termos do tratado que criou a OTAN, para defender aliado membro da OTAN... contra a Síria já eficazmente demonizada.

A mentira neoconservadora que continua a ser usada como justificativa por trás das chamadas 'guerras de hegemonia' de Washington é a mentira de que os EUA estariam levando democracia aos países que invade, ocupa e destrói com bombardeios. Mal parafraseando Mao, "a democracia nasce do cano do fuzil". Contudo, pouca democracia há à disposição da Primavera Árabe; menos ainda, no Iraque e no Afeganistão, dois países que foram "libertados" na invasão-ocupação-bombardeio democráticos dos EUA.

Os EUA estão distribuindo guerras civis e países estilhaçados, pelo mundo. Exatamente o que o presidente Bill Clinton distribuiu na ex-Iugoslávia. Quanto maior o número de países desmontados, reduzidos a cacos e dilacerados por guerras entre grupos locais rivais... maior o poder de Washington.

A Rússia de Putin entende claramente que a própria Rússia está sob ameaças, não só porque Washington paga para criar uma "oposição russa", mas, também, porque Washington trabalha para criar guerras entre facções islamistas, também em estados seculares de população muçulmana, como o Iraque e a Síria. Essas cisões respingam também sobre a Rússia e fazem despertar questões russas, como o terrorismo checheno.

Quando um estado secular é derrubado, as facções islamistas ficam liberadas para saltar, umas ao pescoço das outras. A guerra interna paralisa o país, torna-o impotente. Como já escrevi outras vezes, o ocidente sempre conseguiu controlar o oriente porque as facções islamistas odeiam-se umas as outras mais do que odeiam o conquistador ocidental. Assim, quando Washington destrói governos seculares não islamistas, como destruiu o Iraque e, agora, tenta destruir a Síria, os islamistas emergem e põem-se a disputar a supremacia entre eles mesmos. Nada melhor, do ponto de vista de Israel e Washington, que esses estados que perdem as condições de agir como adversário resistente coerente.

A Rússia é hoje vulnerável, porque Putin é demonizado pela mídia nos EUA em geral e por Washington em especial, e porque a oposição a Putin, dentro da Rússia é financiada por Washington e trabalha a favor dos interesses dos EUA, não dos russos. O inferno que Washington está construindo e espalhando

pelos estados muçulmanos respinga sobre as populações muçulmanas dentro da Rússia.

Já se sabe que é mais difícil para Washington interferir nos assuntos internos da China, embora já haja sinais de que a semente de discórdia já começa a brotar em algumas províncias. Espera-se que, dentro de alguns anos, a economia chinesa suplante, em valores, a economia dos EUA; pela primeira vez na história, uma potência asiática aparecerá à frente das demais economias mundiais e à frente das mais poderosas economias ocidentais .

Essa possibilidade já bem real abala profundamente Washington. Washington, que se deixou derrotar e é hoje governada por Wall Street e outros grupos de negócios específicos, é absolutamente impotente para deter o continuado declínio da economia norte-americana.

Os especialistas que vivem da jogatina em Wall Street, aos quais só interessamos ganhos de curtíssimo prazo; o complexo militar/segurança, que lucra com a guerra; e as empresas que exportaram, com a produção de bens e serviços, também os postos de trabalho dos norte-americanos, e que hoje lucram com isso são as forças que elegem representantes e nomeiam autoridades em Washington. E assim, enquanto a economia norte-americana naufraga, a economia chinesa prospera.

A resposta de Washington a essa situação? Militarizar o Pacífico. A secretária de Estado Hillary Clinton “área de interesse nacional dos EUA”, o Mar do Sul da China. Os EUA estão chantageando o governo das Filipinas, usando lá a “carta chinesa” (a ameaça viria da China) e trabalhando para conseguir que a Marinha dos EUA seja convidada a voltar para a base naval que ocupou, há tempos, na Baía Subic. Recentemente, houve manobras conjuntas entre exércitos e marinhas dos EUA e das Filipinas: treinamento para enfrentar “a ameaça chinesa”.

A Marinha dos EUA está deslocando navios para o Pacífico e construindo nova base naval numa ilha da Coreia do Sul. Os Marines dos EUA já estão baseados na Austrália e estão sendo realocados, do Japão, para outros países asiáticos. Os chineses nada têm de idiotas. Sabem perfeitamente que Washington está tentando encurralar a China.

Para um país incapaz de ocupar o Iraque depois de oito anos de guerra; e incapaz de ocupar o Afeganistão depois de 11 anos de guerra... imaginar-se capaz de tomar e ocupar simultaneamente duas potências nucleares é, simplesmente, ato de insanidade.

A *húbris*, a arrogância enlouquecida, alimentada diariamente em Washington por doidos neoconservadores que ainda não viram, até hoje, o extraordinário fracasso dos EUA no Iraque e no Afeganistão, meteram-se, agora, a provocar duas potências gigantes – Rússia e China. A história do mundo, em todos os tempos, jamais, antes, assistiu a tamanha imbecilidade.

Psicopatas, sociopatas, doidos varridos e idiotas ‘normais’ que mandam em Washington estão arrastando os EUA e o mundo, para vastíssima desgraça. Os governos que se sucedem em Washington – tanto faz que sejam governos Democratas ou Republicanos – , e independente de quem venha a ser o próximo presidente dos EUA são, hoje, a mais grave ameaça à vida nesse planeta, que jamais houve, em todos os tempos. Como se não bastasse, os criminosos de Washington contam com a cumplicidade incondicional da empresa-imprensa.

Em próxima coluna, examinarei a chance que talvez ainda haja de os criminosos de guerra que comandam Washington e sua empresa-imprensa de repetição conseguirem levar a termo o total colapso da economia dos EUA, antes de que os mesmos criminosos de guerra consigam por fogo no mundo.

Tradução: Vila Vudu

5. La democracia en U.S.A. se fue a bolina

Salvador Capote

ALAI AMLATINA, 20/07/2012.- Son numerosos los factores que durante las últimas décadas han determinado el deterioro acelerado de la democracia estadounidense pero, al parecer, lo que marca el momento crucial, el punto de no retorno, fue la decisión, en enero 21 de 2010, de la Corte Suprema de Justicia (“Citizens United v. Federal Election Commission”) que consideró inconstitucionales las leyes que prohibían a las corporaciones contribuir a las campañas políticas. No existen prácticamente barreras a partir de esta fecha para que el dinero del gran capital fluya de manera creciente hacia la elección o reelección de políticos que respondan a los intereses de la élite económica del país.

La decisión de la Corte Suprema dio lugar a la creación de “Super Political Action Committees” (Super Comités de Acción Política) conocidos como “Super PACs”, que pueden hacer gastos ilimitados con fines políticos. Se revierte así

más de un siglo de esfuerzos por establecer toda una jurisprudencia tendente a frenar el poder corruptor del dinero en la vida política estadounidense.

En esta semana se presentó en el Senado un proyecto de ley (“Disclose Act”) que trata de poner fin a los gastos secretos en las campañas electorales. Esta ley exigiría que cualquier grupo que gaste diez mil dólares o más en propaganda, o en cualquier otra actividad política, lo informe a la Comisión Electoral Federal (FEC) dentro de las siguientes 24 horas. Igualmente deberá informar por cada diez mil dólares adicionales que gaste.

A pesar de que esta ley constituye solamente un paliativo y no va a la raíz del problema que es sacar del proceso electoral el dinero de las corporaciones, fue objeto ya del “filibuster” (filibusterismo), sucia maniobra política, frecuente en el Senado, que consiste en obstruir la aprobación de una ley mediante largos discursos y debates sobre asuntos irrelevantes que prolongan indefinidamente las sesiones. El proyecto análogo presentado en la Cámara hace aproximadamente un mes, confronta igualmente férrea oposición. En 2010 fue derrotada en el Congreso una legislación similar.

El poder actual de los Super PACs se manifestó en los resultados de las primarias presidenciales republicanas. Refiriéndose a ellas, señaló el senador Tom Udall (D-N.M.): “gana quien tiene la chequera más gruesa”, “es una verdadera subasta”.

Este año, mucho más que nunca, el dinero es el dueño y señor absoluto del proceso electoral. No hay duda de que se romperán todos los récords en las contribuciones. Harold Simmons, por ejemplo, de la corporación “Contran”, entregó 16 millones de dólares a super PACs que apoyan a Mitt Romney y a otros candidatos del Partido Republicano.

“Citizens United” ofrece la oportunidad a determinadas personas de utilizar su inmenso poder económico para obtener decisiva influencia en la política. En junio de 2012, el Super PAC “Restore Our Future” (Restaurar Nuestro Futuro) afiliado con la campaña presidencial de Mitt Romney, recaudó más de U.S.\$ 20 millones; la mitad de esa suma fue donada por el gran mogol de los casinos de Las Vegas, Sheldon Adelson, uno de los hombres más ricos de Estados Unidos y del mundo, quien ha declarado su intención de donar U.S.\$ 100 millones en la presente campaña electoral (1).

Cierto es que, de un modo u otro, legal o ilegalmente, el dinero de las corporaciones intervino siempre en todas las elecciones y en la actuación de los funcionarios electos. La diferencia con la situación actual es que los partidos políticos poseían el control fundamental de los fondos de las campañas electorales. A partir de “Citizens United” este control pasó

rápidamente a manos de los Super PACs y, por consiguiente, es con éstos (y menos cada vez con los partidos) con los que la lealtad y los vínculos de los candidatos se establecen más fuertemente. Además, ha aumentado el número de dígitos en el monto de las donaciones y la decisión de la Corte Suprema confiere a todo este viciado proceso un respaldo constitucional.

Una desagradable consecuencia de la multiplicación de los Super PACs, es la proliferación de propaganda negativa, no basada en hechos reales, nauseabunda, transmitida a través de anuncios pagados que inundan los medios de información. De un 9% en 2008 esta basura electoral pasó a un 53% en 2012, o sea, un aumento de un 44% en un solo periodo (2).

De acuerdo con datos de la Comisión Federal Electoral (FEC), en las elecciones del año 2000 los PACs contribuyeron con 114,700,000 dólares; en las de 2004 la cifra se elevó a \$192,400,000; en las de 2008, y todavía sin producirse la decisión de la Corte Suprema, saltó a \$1,208,124,481. En este año electoral 2012, en menos de siete meses, y cuando la campaña no ha alcanzado todavía su etapa más candente, los PACs han contribuido ya con cerca de un billón de dólares (\$904, 076,249). Podemos calcular que al llegar el mes de noviembre la cifra sobrepasará los dos billones de dólares.

Se ha señalado que “Citizens United” contribuyó a crear un mundo en el cual los candidatos y los partidos ya no tienen el control de sus propias campañas electorales y donde una gran parte del dinero es gastado por empresarios y estrategias políticos que no responden a institución alguna. Los candidatos “en gran medida, son instrumentos de fuerzas volátiles fuera de su alcance”. (3)

Las grandes cantidades de dinero de los Super PACs introducidas en el proceso electoral, aumentan exorbitantemente los gastos de campaña. El resultado inmediato y directo es la acentuación de la competencia entre los candidatos y la dependencia cada vez mayor de éstos de las donaciones de los Super PACs, creándose así un círculo vicioso en el cual las corporaciones dictan las reglas del juego y el dinero desempeña el papel protagónico.

Por otra parte, la decisión de la Corte Suprema alteró el balance entre los partidos de manera estructural y permanente a favor del Partido Republicano, que concentra entre sus afiliados el mayor número de multimillonarios y altos ejecutivos de las más poderosas corporaciones.

Sin embargo, aunque el dinero de los PACs fluye principalmente en apoyo de los candidatos del Partido Republicano, los del Partido Demócrata se favorecen también con cantidades nada despreciables. Perrucci y Wysong (4) describen una creciente “colonización” del Partido Demócrata por la clase dominante a través del dinero inyectado en las campañas electorales. Según estos autores,

facilitó el proceso la toma del control del partido por el “Democratic Leadership Council” (Consejo de Liderazgo Demócrata), fundado a mediados de los ochenta y vinculado a grandes corporaciones. El alejamiento gradual del Partido Demócrata de los intereses de las minorías, de los inmigrantes y de la clase trabajadora no tendría causas ideológicas ni demográficas sino, simplemente, sería un reflejo de la creciente dependencia del dinero de las corporaciones.

En estos momentos no es hipotético el caso de corporaciones que deciden, a nivel estatal o local, gastar cientos de miles de dólares en el apoyo a candidatos de su preferencia y en denigrar a los adversarios. Con frecuencia estos últimos no tienen los medios suficientes para contrarrestar las campañas negativas, mientras que los votantes sólo tienen acceso a versiones ofrecidas por medios abrumadoramente parcializados. Tampoco es hipotética la amenaza latente de un apoyo masivo al aspirante opuesto y de una propaganda permanente y destructora, si el funcionario electo no cumple con las agendas de las corporaciones.

Me pregunto qué puede restar de la democracia estadounidense si los Super PACs dominan el panorama político actual y en ellos solamente están representados los sectores de la población con mayores recursos económicos.

Cualquier corporación o millonario puede crear el PAC que se le antoje y torcer el brazo de los políticos en favor de intereses especiales, pero las decenas de millones de pobres de Estados Unidos carecen de un PAC en Washington que defienda sus derechos.

En medio de esta “danza de los millones”, Jonathan Soros, hijo del rey de las finanzas George Soros, introduce una buena dosis de surrealismo con su nuevo Super PAC “Friends of Democracy” (Amigos de la Democracia), creado para, irónicamente, restar influencia a los Super PACs, y anuncia que dedicará de 5 a 8 millones de dólares en propaganda negativa contra los políticos que no apoyen la reforma del sistema actual de financiamiento de las campañas electorales (5)(6). La reforma pretende contraponer pequeñas donaciones de muchos ciudadanos a las grandes donaciones de la élite corporativa.

¿Qué cifra alcanzarán en el futuro las donaciones de los PACs, super PACs y de los millonarios en forma individual? –Con toda seguridad, la necesaria para que las corporaciones alcancen el dominio absoluto del proceso electoral o, lo que es igual, hasta que la democracia estadounidense no sea otra cosa que un sueño inalcanzable, un mito, un papalote que tal vez quiso alcanzar el cielo y en el camino se fue a bolina.

Notas

(1) Chris Moody: "GOP Super PAC receives major contributions from casino mogul Sheldon Adelson", The Ticket, July 16, 2012.

(2) Stephen Wright: "2012 elections without Super PAC dabbling", Examiner, July 12, 2012.

(3) Matt Bai: "How much has Citizens United changed the political game?", New York Times, July 17, 2012.

(4) Robert Perrucci y Earl Wysong: "The New Class Society", Bowman and Littlefield Publ., 2008, p.160.

(5) Michael D. Shear: "The Super PAC that aims to end Super PACs", The Caucus (The politics and government blog of The Times), July 17, 2012.

(6) Matea Gold: "George Soros' son launches anti-big money' Super PAC", Los Angeles Times, July 19, 2012.

URL de este artículo: <http://alainet.org/active/56642>

Mas informacion: <http://alainet.org>

RSS: <http://alainet.org/rss.phtml> Twitter: <http://twitter.com/ALAIinfo>

Te invitamos a sostener el trabajo de ALAI. Contribuciones: <http://alainet.org/donaciones.php>

Agencia Latinoamericana de Informacion

email: info@alainet.org

Suscripciones: <http://listas.alainet.org/listas/subscribe/alai-amlatina>

Desuscripciones: <mailto:sympa@listas.alainet.org?subject=UNS%20alai-amlatina>

6.Declínio e queda do império americano

Quatro cenários para o fim do século americano em 2025

por Alfred W. McCoy [*]

[] Professor de história na Universidade de Wisconsin-Madison, colaborador frequente de TomDispatch, autor de Policing America's Empire: The United States, the Philippines, and the Rise of the Surveillance State (2009). É também o líder do projecto "Empires in Transition" , um grupo de trabalho global de 140 historiadores de universidades de quatro continentes. Os resultados das suas primeiras reuniões em Madison, Sidney, e Manila foram publicados como Colonial Crucible: Empire in the Making of the Modern American State e as conclusões da sua última conferência aparecerão no próximo ano em "Endless Empire: Europe's Eclipse, America's Ascent, and the Decline of U.S. Global Power"*

Uma aterragem suave para a América daqui a 40 anos? É melhor não apostar. O desaparecimento dos Estados Unidos, enquanto superpotência

global, pode chegar muito mais depressa do que se imagina. Se Washington está convencido que o fim do Século Americano será lá para 2040 ou 2050, uma avaliação mais realista das tendências internas e globais sugere que em 2025, apenas daqui a 15 anos, pode estar tudo acabado excepto a gritaria.

Apesar da aura de onipotência que a maior parte dos impérios projecta, uma olhadela para a sua história devia lembrar-nos que eles são organismos frágeis. A sua ecologia de poder é tão frágil que, quando as coisas começam a correr mesmo mal, os impérios normalmente esboroam-se com uma rapidez impiedosa: um ano apenas para Portugal, dois anos para a União Soviética, oito anos para a França, 11 anos para os otomanos, 17 anos para a Grã-Bretanha e, com toda a probabilidade, 22 anos para os Estados Unidos, a contar do ano crucial de 2003.

Os futuros historiadores identificarão provavelmente a imprudente invasão do Iraque da administração Bush nesse ano como o início da queda da América. Mas, ao contrário do banho de sangue que marcou o fim de tantos impérios do passado, com cidades a arder e massacres de civis, este colapso imperial do século vinte e um pode ocorrer de modo relativamente calmo através dos rebentos invisíveis do colapso económico ou da guerra cibernética.

Mas não tenham dúvidas: quando finalmente acabar o domínio global de Washington, todos os dias haverá recordações dolorosas do que tal perda de poder significa para os americanos qualquer que seja o seu estilo de vida. Como meia dúzia de países europeus descobriram, o declínio imperialista tende a ter um impacto bastante desmoralizante numa sociedade, impondo pelo menos uma geração de privações económicas. À medida que a economia arrefece, a temperatura política sobe, estimulando frequentemente uma grave turbulência interna.

Os dados económicos, educativos e militares indicam que, no que se refere ao poder global dos EUA, as tendências negativas convergirão rapidamente em 2020 e provavelmente atingirão uma massa crítica por volta de 2030. O Século Americano, tão triunfalmente proclamado no início da II Guerra Mundial, estará esfarrapado e moribundo em 2025, na sua oitava década, e pode pertencer ao passado em 2030.

Significativamente, em 2008, o National Intelligence Council dos EUA reconheceu pela primeira vez que o poder global da América estava de facto numa trajectória de declínio. Num dos seus relatórios futuristas periódicos, Global Trends 2025, o Conselho citava "a transferência da riqueza e do poder económico globais actualmente em curso, grosso modo do ocidente para o oriente" e "sem precedentes na história moderna", como o principal factor no declínio da "força relativa dos Estados Unidos – mesmo na área militar". Mas, tal como muita gente em Washington, os analistas do Conselho previam uma aterragem muito prolongada e muito suave para o predomínio americano global e albergavam a esperança de que, de certa forma, os EUA iriam "manter competências militares únicas... para projectar globalmente o poder militar" durante as próximas décadas.

Não vão ter essa sorte. Segundo as actuais projecções, os Estados Unidos vão encontrar-se em segundo lugar, atrás da China (já a segunda maior economia do mundo) em produtividade económica por volta de 2026, e atrás da Índia em 2050. **Do mesmo modo, a inovação chinesa está**

7.Cómo la Carta Magna se convirtió en Minor Carta

A Carta Magna

A instituição da Carta Magna na Inglaterra, primeiro documento a proclamar direitos do cidadão que o monarca deveria respeitar, se aproxima de mil anos de existência. Nesse largo tempo, esses direitos viveram uma história de evolução rica, embora com muitos recuos e percalços. Hoje, estão de novo ameaçados. Noam Chomski, notável ensaísta estadunidense, dedica ao tema um fundamentado estudo, que *Mirante* recomenda à leitura paciente e atenta de todos. A seguir, em tradução para o espanhol.

Por Noam Chomsky ()*

En unas cuantas generaciones llegaremos al milenario de la Carta Magna, uno de los grandes acontecimientos en el establecimiento de los derechos civiles y humanos. No está del todo claro que vaya a celebrarse, a llorarse o a ignorarse.

Y eso debería ser objeto de inmediata y grave preocupación. Lo que hagamos o dejemos de hacer hoy determinará el tipo de mundo que salude ese acontecimiento. No es una perspectiva atractiva si persisten las actuales tendencias, y no es la menor de ellas que la gran carta se esté haciendo trizas ante nuestros ojos.

La primera edición académica de la Carta Magna la publicó el eminente jurista William Blackstone. No fue tarea fácil. No había disponible ningún texto bueno. Tal como escribió, “el cuerpo de la carta se lo comieron, por desgracia, las ratas”, un comentario que comporta hoy un sombrío simbolismo, ante la tarea que las ratas dejaron inacabada.

La edición de Blackstone comprende en realidad dos cartas, que tienen por título la Carta Grande y la Carta del Bosque. La primera, la Carta de las

Libertades, se reconoce de modo generalizado como cimiento de los derechos fundamentales de los pueblos de habla inglesa, o tal como dijera de modo más expansivo Winston Churchill, “la carta de cualquier hombre que se respetara en cualquier tiempo y lugar”. Churchill se refería concretamente a la reafirmación de la Carta por parte del Parlamento en la Petición de Derecho, que imploraba al Rey Carlos [I] que reconociera que es la ley la soberana, no el Rey. Carlos se avino a ello por breve tiempo, pero pronto violó su juramento, dejando lista la escena para una mortífera guerra civil.

Tras un amargo conflicto entre el Rey y el Parlamento, se restauró el poder de la realeza en la persona de Carlos II. En la derrota, no se olvidó la Carta Magna. Uno de los dirigentes del Parlamento, Henry Vane, fue decapitado. Trató de leer una alocución en el patíbulo, pero la ahogaron las fanfarrias para garantizar que tan escandalosas palabras no llegaran a oídos de las multitudes que vitoreaban. Su grave delito había consistido en redactar una petición denominando al pueblo “origen de todo poder justo” en la sociedad civil, no al Rey ni siquiera a Dios. Era esa la postura por la que abogó contundentemente Roger Williams, fundador de la primera sociedad libre en lo que hoy es el estado de Rhode Island. Sus heréticas opiniones influyeron en Milton y Locke, aunque Williams fue mucho más lejos, fundando la doctrina moderna de separación de la Iglesia y el Estado, todavía bastante recusada en las democracias liberales.

Como suele ser el caso, la aparente derrota llevó sin embargo adelante la lucha por la libertad y los derechos. Poco después de la ejecución de Vane, el rey Carlos otorgó una Carta Real a las plantaciones de Rhode Island, declarando que “la forma de gobierno es democrática”, y además que el gobierno podía proclamar la libertad de conciencia para papistas, ateos, judíos, turcos, hasta para los cuáqueros, una de las sectas más temidas y maltratadas de todas las que hicieron su aparición en aquellos turbulentos días. Todo esto resultaba asombroso en el clima de la época.

Pocos años más tarde, la Carta de Libertades se vio enriquecida por la Ley de Habeas Corpus de 1679, que tenía formalmente como título “Ley para mejor asegurar la libertad del súbdito y para evitar la prisión en ultramar”. La Constitución norteamericana, que toma prestado de la common law inglesa, afirma que “no se suspenderá la declaración de habeas corpus” salvo en caso de rebelión o invasión. En una decisión unánime, el Tribunal Supremo de los EE.UU. sostuvo que los derechos garantizados por esta Ley fueron “[c]onsiderados por los Fundadores [de la República Norteamericana] como la más alta salvaguarda de la libertad”. Todas estas palabras deberían hoy en día tener resonancia.

La Segunda Carta y los comunes

La significación de la carta que la acompañaba, la Carta del Bosque, no es menos honda y acaso sea hoy incluso más relevante, tal como ha explorado en detalle Peter Linebaugh en su estimulante historia, ricamente documentada, de la Carta Magna y su posterior trayectoria. La Carta del Bosque exigía la protección de los bienes comunales de poderes exteriores. Los bienes

comunales eran fuente de sustento de la población general: su combustible, sus alimentos, sus materiales de construcción, todo lo que era esencial para la vida. El bosque no era la selva primitiva. Había sido cuidadosamente desarrollado a lo largo de las generaciones, mantenido en común, con sus riquezas a disposición de todos, y preservado para las futuras generaciones: prácticas que se encuentran hoy primordialmente en sociedades tradicionales que se hallan amenazadas a lo largo y ancho del mundo.

La Carta del Bosque imponía límites a la privatización. Los mitos de Robin Hood captan la esencia de sus preocupaciones (y no resulta en nada sorprendente que la popular serie televisiva de los años 50, Las aventuras de Robin Hood, fuera anónimamente escrita por guionistas de Hollywood represaliados en la lista negra por sus convicciones de izquierda). Ya para el siglo XVII, con todo, esta Carta había caído víctima del ascenso de la economía mercantil y las prácticas y la moralidad capitalistas.

Perdida para los bienes comunales la protección del cuidado y uso cooperativos, los derechos de la gente del común se vieron restringidos a lo que no podía privatizarse, una categoría que continúa menguando hasta su práctica invisibilidad. En Bolivia, el intento de privatizar el agua se vio finalmente derrotado por un levantamiento que llevó al poder por vez primera en su historia a la mayoría indígena. El Banco Mundial acaba de dictaminar que la multinacional minera Pacific Rim puede proceder con su demanda contra el Salvador por tratar de preservar tierras y comunidades de una minería de oro enormemente destructiva. Las restricciones de orden medioambiental amenazan con privar a la empresa de futuros beneficios, delito que debe castigarse de acuerdo con las reglas que el régimen de derechos del inversor ha etiquetado mal como “libre comercio”.

Y esto no es más que una minúscula muestra de las luchas en curso en buena parte del mundo, algunas de las cuales entrañan una extrema violencia, como en el Congo Oriental, donde han muerto millones de personas en años recientes para asegurar un amplio suministro de minerales para los teléfonos móviles y otros usos, y por supuesto amplios beneficios.

El ascenso de las prácticas y la moralidad capitalistas aportó una radical revisión de cómo se trataban los bienes comunales, y también de cómo se conciben. La visión hoy predominante reproduce el influyente argumento de Garrett Hardin de que “la libertad en los bienes comunales termina por arruinarnos a todos”: lo que no tiene propiedad será destruido por la avaricia individual.

Su equivalente internacional se cifraba en el concepto de terra nullius, empleado para justificar la expulsión de las poblaciones indígenas en las sociedades coloniales de pobladores de la Anglosfera, o su “exterminio”, tal como describieron los padres fundadores de la república norteamericana lo que estaban haciendo, a veces con remordimientos, una vez llevado a cabo. De acuerdo con tan útil doctrina, los indios no tenían derechos de propiedad, puesto que no eran más que nómadas en una agreste naturaleza virgen. Y los

colonos que trabajaban duro podían crear valor allí donde no lo había dando un uso comercial a esa misma naturaleza virgen.

En realidad, los colonos eran más listos y hubo elaborados procedimientos de adquisición y ratificación por parte de la corona y el parlamento, posteriormente anulados por la fuerza cuando esas malvadas criaturas se resistieron a su exterminio. La doctrina se le atribuye a menudo a John Locke, pero eso es dudoso. Como administrador colonial, entendió lo que estaba sucediendo y no hay base en sus escritos para atribuírselo, tal como han demostrado los especialistas académicos contemporáneos de forma convincente, y en especial la obra del especialista australiano Paul Corcoran (fue, de hecho, en Australia, donde esta doctrina se aplicó con mayor brutalidad).

Las sombrías previsiones de la tragedia de los bienes comunales no han quedado sin desafiar. La difunta Elinor Ostrom fue galardonada en 2009 con el Premio Nobel de Economía por trabajos que demostraban la superioridad de la gestión de pesquerías, pastos, bosques, lagos, y cuencas de aguas subterráneas por parte de sus usuarios. Pero la doctrina tiene fuerza si aceptamos su premisa no declarada: que los seres humanos están ciegamente impulsados por lo que los trabajadores norteamericanos, al inicio de la revolución industrial, llamaron con amargura “el Nuevo Espíritu de la Época, hazte rico y olvídate de todo salvo de ti mismo”.

Al igual que los campesinos y trabajadores ingleses antes que ellos, los trabajadores norteamericanos denunciaron este Nuevo Espíritu que se les imponía, juzgándolo degradante y destructivo, un ataque a la misma naturaleza de los hombres y mujeres libres. Y acentuó el caso de las mujeres; entre las más activas y elocuentes en su condena de la destrucción de los derechos y dignidad de las gentes libres por parte del sistema industrial capitalista estaban las “chicas de las fábricas”, jóvenes procedentes de granjas. También ellas se vieron abocadas a un régimen de trabajo asalariado supervisado y controlado, que se consideraba en la época distinto del cautiverio sólo en que era temporal. Esa posición se consideraba tan natural que se convirtió en lema del partido Republicano, una bandera bajo la que portaron las armas los trabajadores del Norte durante la Guerra Civil norteamericana.

Controlar el deseo de democracia

Eso sucedió hace 150 años; en Inglaterra, antes. Se han dedicado ingentes esfuerzos a inculcar el Nuevo Espíritu de la Época. Hay sectores de primera importancia que se concentran en la tarea: las relaciones públicas, la publicidad, la mercadotecnia en general, todos los cuales suponen una parte muy importante del Producto Interior Bruto. Se dedican a lo que el gran economista político denominó “fabricación de necesidades”.

En el mundo de los mismos dirigentes empresariales, la tarea consiste en dirigir a la gente a “las cosas superficiales” de la vida, como “el consumo a la moda”. De esa forma puede atomizarse a la gente, buscando solo la ganancia personal, desviándola de peligrosos esfuerzos por pensar por sí mismas y poner la autoridad en tela de juicio.

El proceso por el que se moldea la opinión, las actitudes y las percepciones lo denominó “ingeniería del consentimiento” uno de los fundadores de la moderna industria de relaciones públicas, Edward Bernays. Bernays fue un respetado progresista de Wilson-Roosevelt-Kennedy, muy del estilo de su contemporáneo, el periodista Walter Lippmann, el más destacado intelectual público del siglo XX en Norteamérica, que alababa “la fabricación del consentimiento” como “nuevo arte” en la práctica de la democracia.

Ambos entendieron que al público hay que “ponerlo en su lugar”, marginado y controlado, por su propio interés, por supuesto. Era demasiado “estúpido e ignorante” para permitirle que gestionara sus propios asuntos. La tarea debía recaer en la “minoría inteligente”, a la que ha de protegerse del “atropello y los rugidos de[] perplejo rebaño”, los “intrusos entrometidos e ignorantes”, la “multitud de granujas”, tal como los denominaban sus predecesores del siglo XVII. El papel de la población general consistía en hacer de “espectadores”, no de “participantes en acción”, en una sociedad democrática que funcione como es debido.

Y a los espectadores no se les debe dejar que vean demasiado. El presidente Obama ha establecido nuevos baremos para salvaguardar este principio. De hecho, ha castigado a más denunciantes de tropelías que todos los demás presidentes anteriores, un verdadero logro para una administración que llegó al gobierno prometiendo transparencia. WikiLeaks no es más que el caso más célebre, con la cooperación de los británicos.

Entre las muchas cuestiones que no son asunto de la perpleja manada está la política exterior. Cualquiera que haya estudiado documentos secretos habrá descubierto que en buena medida su clasificación estaba destinada a proteger a funcionarios públicos del examen de la opinión pública. En el plano nacional, la chusma no debería escuchar el consejo que dan los tribunales a las grandes empresas: que deberían dedicar algunos esfuerzos que sean bien visibles a las buenas obras, no vaya a ser que un “público despierto” descubra los enormes beneficios que les proporciona un estado niñera. De modo más general, el público norteamericano no debería enterarse de que “las medidas políticas del Estado son abrumadoramente regresivas, con lo que refuerzan y extienden la desigualdad social”, aunque se diseñen de forma que lleven a “que la gente piense que el gobierno ayuda solamente a los pobres que no se lo merecen, permitiendo que los políticos movilicen y exploten la retórica y los valores antigubernamentales aun cuando continúan canalizando apoyo a sus electores mejor situados”...cito de la principal revista del sistema establecido, Foreign Affairs, no de ningún periodicucho radical.

Con el tiempo, conforme las sociedades se volvían más libres y el recurso de la violencia del Estado más constreñido, el impulso de idear sofisticados métodos de control de las actitudes y la opinión no ha hecho más que crecer. Es natural que la inmensa industria de relaciones públicas se haya creado en las sociedades más libres, los Estados Unidos y Gran Bretaña. La primera agencia de propaganda moderna fue hace un siglo el Ministerio de Información británico, que definió de modo secreto su labor en términos de “dirigir el pensamiento de la mayoría del mundo” – primordialmente los intelectuales

progresistas norteamericanos, que se habían movilizado para venir en ayuda de Gran Bretaña durante la I Guerra Mundial.

Su homólogo norteamericano, el Comité de Información Pública, lo formó Woodrow Wilson para llevar a una población pacifista al odio violento por todo lo alemán...con notable éxito. La publicidad comercial norteamericana impresionó profundamente a otras personas. Goebbels la admiraba y la adoptó a la propaganda nazi, con muchísimo éxito.

Los dirigentes bolcheviques lo intentaron, pero sus esfuerzos fueron torpes e ineficaces.

Una tarea interna primordial ha consistido siempre en “mantener alejado [al público] de nuestros gargantas”, tal como describió el ensayista Ralph Waldo Emerson las preocupaciones de los dirigentes políticos a medida que la amenaza de la democracia se iba haciendo más difícil de suprimir a mediados del siglo XIX. Más recientemente, el activismo de la década de 1960 le movió a expresar su inquietud de una “excesiva democracia”, y apeló a medidas que impusieran una “mayor moderación” en la democracia.

Una preocupación en particular consistió en introducir mejores controles sobre las instituciones “responsables del adoctrinamiento de los jóvenes”: escuelas, universidades, iglesias, de las que se consideraba que estaban fracasando en esa labor esencial. Estoy citando reacciones de un extremo de la izquierda liberal dentro del espectro dominante, los internacionalistas liberales que más tarde nutrieron la administración Carter y sus homólogos de otras sociedades industriales. El ala derecha era mucho más áspera. Una de las muchas manifestaciones de este impulso ha consistido en el brusco aumento de las tasas universitarias, que no se basan en razones económicas, como puede fácilmente demostrarse. El mecanismo, sin embargo, bien que atrapa y controla a los jóvenes mediante la deuda, a menudo lo que les resta de vida, contribuyendo así a un adoctrinamiento más eficaz.

El pueblo de los tres quintos

Por ir un poco más allá con estos temas de importancia, observamos que la destrucción de la Carta del Bosque, y su desaparición de la memoria, está bastante más estrechamente relacionada con los esfuerzos por restringir la promesa de la Carta de Libertades. El “Nuevo Espíritu de la Época” no puede tolerar la concepción precapitalista del Bosque como fondo compartido de la comunidad en su conjunto, cuidado de forma comunal para su uso y el de las generaciones futuras, protegido de la privatización, de su transferencia a manos privadas para que sirva a la opulencia, no a las necesidades. Inculcar el Nuevo Espíritu constituye un requisito previo esencial para lograr este fin, así como para impedir que la Carta de Libertades se utilice mal por parte de los ciudadanos para determinar su propio destino.

Las luchas populares por crear una sociedad más libre y justa han topado con la resistencia ofrecida por la violencia y la represión y los esfuerzos masivos por controlar la opinión y las actitudes. Con el tiempo, no obstante, han gozado

de éxito considerable, aunque haya un largo camino que recorrer y a menudo encontremos retrocesos. Los hay, en realidad, ahora mismo.

La parte más famosa de la Carta de Libertades es el artículo 39, que declara que “no se castigará en modo alguno a ningún hombre libre” ni “procederemos en su contra o le perseguiremos, salvo mediante el legítimo juicio de sus iguales y por medio de la ley del lugar”.

Gracias a muchos años de lucha, el principio ha llegado a sostenerse de forma más amplia. La Constitución norteamericana establece que a ninguna “persona se le prive de vida, libertad, o propiedad, sin el debido proceso legal [y] un juicio rápido y público” por parte de sus iguales. El principio básico se cifra en la “presunción de inocencia” – lo que los historiadores legales describen como “semilla de la libertad angloamericana contemporánea”, refiriéndose al Artículo 39; y teniendo en mente al Tribunal de Núremberg, una “variedad especialmente norteamericana de legalismo: castigo únicamente para aquellos cuya culpabilidad se ha demostrado mediante un juicio justo con una serie de protecciones procedimentales”, aunque no haya dudas de su culpabilidad por algunos de peores crímenes de la historia.

Por supuesto que los fundadores no tenían la intención de que el término “persona” se aplicase a todas las personas. Los nativos norteamericanos no eran personas. Sus derechos eran prácticamente nulos. Las mujeres eran escasamente personas. Se entendía que las esposas quedaban “cubiertas” por la identidad civil de sus maridos del mismo modo que los niños estaban sujetos a sus padres. Los principios de Blackstone sostenían que “el ser mismo o la existencia legal de la mujer se suspenden durante el matrimonio, o al menos se incorporan o consolidan en el del marido: bajo cuya ala, protección y cobertura ella lleva a cabo cualquier actividad”. Las mujeres son, por tanto, propiedad de sus padres y maridos. Estos principios han continuado hasta muy recientes años. Hasta la decisión del Tribunal Supremo de 1975, las mujeres ni siquiera gozaban del derecho legal de formar parte de un jurado. No eran iguales. Hace dos semanas, la oposición republicana bloqueó la Ley de Justicia Salarial [Fairness Paycheck Act] que garantizaba a las mujeres igual salario a igual trabajo. Y va mucho más allá.

Los esclavos, por supuesto, no eran personas. Eran en efecto humanos sólo en tres quintas partes, de acuerdo con la Constitución, para poder así otorgar a sus propietarios mayor poder de voto. La protección de la esclavitud no fue una preocupación menor de los fundadores: fue un factor que condujo a la revolución norteamericana. En 1772, en el caso de Somerset, Lord Mansfield determinó que la esclavitud es tan “odiosa” que no se podía tolerar en Inglaterra, aunque continuase durante muchos años en posesiones británicas. Los propietarios de esclavos norteamericanos vieron claramente lo que se avecinaba de seguir las colonias bajo dominio británico. Y habría que recordar que los estados esclavistas, incluyendo Virginia, disponían del mayor poder e influencia en las colonias. Se puede entender fácilmente la célebre ironía del Doctor Johnson según la cual “oímos los gañidos más chillones de libertad de parte de los propietarios de negros”.

Las enmiendas posteriores a la Guerra Civil ampliaron el concepto persona a los afroamericanos, acabando con la esclavitud. Por lo menos, en teoría. Después de cerca de una década de relativa libertad, se reintrodujo una situación semejante a la esclavitud gracias a un pacto Norte-Sur que permitía la efectiva criminalización de la vida de los negros. Un varón negro en la esquina de una calle podía ser detenido por vagabundeo, o por intento de violación si miraba a una mujer blanca del modo equivocado. Y una vez en la cárcel tenía pocas posibilidades de escapar del sistema de “esclavitud con otro nombre”, término utilizado por el entonces jefe de redacción del Wall Street Journal, Douglas Blackmon, en un estudio llamativo.

Esta nueva versión de la “peculiar institución” proporcionó buena parte de la base de la revolución industrial norteamericana, con una perfecta mano de obra para la industria del acero y la minería, junto a la producción agrícola en las famosas cuerdas de presos encadenados: dóciles, obedientes, sin huelgas y sin necesidad de que los patronos sustentaran siquiera a sus trabajadores, una mejora de la esclavitud. El sistema duró en buena medida hasta la II Guerra Mundial, cuando se hizo preciso el trabajo libre para la producción bélica.

El auge de la postguerra proporcionó empleos. Un hombre negro podía conseguir trabajo en una fábrica sindicalizada, ganar un salario decente, adquirir una vivienda, y tal vez enviar a sus hijos a la universidad. Eso vino a durar unos veinte años, hasta la década de 1970, cuando la economía volvió a diseñarse de forma radical de acuerdo con los nuevos principios neoliberales dominantes, con el rápido crecimiento de financiarización y la deslocalización de la producción. La población negra, hoy en buena medida superflua, ha vuelto a ser criminalizada.

Hasta la presidencia de Ronald Reagan, el encarcelamiento en los EE. UU. se encontraba dentro de los parámetros de las sociedades industriales. Hoy se encuentra a gran distancia de las demás. Toma como objetivo primordial a los varones negros, y cada vez más a las mujeres negras e hispanas, en buena medida culpables de delitos sin víctimas dentro de las fraudulentas “guerras de las drogas”. Entretanto, la riqueza de las familias afroamericanas se ha visto prácticamente borrada por la actual crisis financiera, en no poca medida gracias al comportamiento criminal de las instituciones financieras, con impunidad para sus perpetradores, hoy más ricos que nunca.

Si se mira la historia de los afroamericanos desde la llegada de los primeros esclavos hace casi 500 años hasta el presente, sólo han disfrutado de la auténtica condición de personas durante unas pocas décadas. Queda un largo camino para realizar la promesa de la Carta Magna.

**Noam Chomsky es profesor emérito del Departamento de Lingüística y Filosofía del MIT. Universalmente reconocido como renovador de la lingüística contemporánea, es el autor vivo más citado, el intelectual público más destacado de nuestro tiempo y una figura política emblemática de la resistencia antiimperialista mundial. Traducción para www.sinpermiso.info: Lucas Antón. En “Bitácora” de Uruguay, 05.08.12*

Este artículo y todos los otros envíos de "other news" están disponibles en <http://www.other-news.info/noticias/>

8. Entrevista - Raquel Varela - "O modelo que fundamenta a social-democracia se esvaiu"

Diante da crise na Europa, a historiadora portuguesa só vê saída na democracia direta

por Alisson Avila — publicado 08/01-2015 – www.cartamaior.com.br

[inShare2](#)

Alexandre Azevedo/ Sabado



"O problema aqui não é falta de consciência da situação, mas falta de organização"

Leia também

Em Portugal, um perfume de cravos

Eleições de 2016 podem ser realizadas com cédulas de papel

Qual é o rito do impeachment?

Política é coisa de criança?

Um país cada vez mais reacionário

A historiadora portuguesa Raquel Varela ocupou o centro das polêmicas em seu país após lançar no primeiro semestre um libelo contra a austeridade e a forma tradicional de se fazer política denominado *Para Onde Vai Portugal*. No livro e na entrevista a seguir, Varela descreve uma realidade que atravessa fronteiras: a destruição do [Estado de Bem-Estar Social](#) na Europa e o aumento brutal da desigualdade, uma marca do início do século XXI. “A diferença entre um rico e um pobre europeus em 1945 era de 1 para 12. Hoje é de 1 para 530.” O grande desafio, afirma, é reconectar os trabalhadores com a política e isso só seria possível por meio da adoção de uma [democracia direta](#). “O modelo de eleições a cada quatro anos não é mais suficiente. Os cidadãos precisam ter poder de fato.”

CartaCapital: *Um dos aspectos interessantes de seu livro é a análise de que os atuais governos liberais, ou voltados ao mercado, na União Europeia mantêm um Estado mais inchado do que nunca. Poderia explicar?*

Raquel Varela: O Estado controla a economia por meio da [dívida pública](#). Vivemos um modelo no qual os trabalhadores pagam ao Estado, que por sua vez entrega o dinheiro ao setor privado por meio, entre outros, das Parcerias Público-Privadas. Por conta da intervenção da Troika, [Portugal](#) teve a sua maior no setor bancário, além de gerar uma desregulamentação do trabalho pela flexibilização da mão de obra. Tudo isso é articulado pelo Estado, sem ter como objetivo a manutenção do pacto social do pós-Guerra. O modelo que fundamenta a social-democracia se esvaiu. A tendência em Portugal e na Europa é de alta concentração da riqueza. Em 1945, a diferença entre um rico e um pobre, ou um trabalhador manual qualificado na Europa, era de 1 para 12. Em 1980, subiu de 1 para 82. E hoje é de 1 para 530. A União Europeia é uma corporação de acumulação de capitais. E a acumulação é incompatível com a manutenção de serviços públicos de qualidade, por causa da queda tendencial da taxa de lucro. Esse foco tem como consequência a destruição do Estado de Bem-Estar Social. O que vemos em Portugal em particular e em outros países é na verdade a ascensão de uma assistência social, com a educação e a saúde públicas focadas cada vez mais nos pobres e desempregados e não em toda a sociedade.

CC: *Os partidos na Europa ou em Portugal têm oferecido caminhos concretos de mudança para salvar o Estado de Bem-Estar Social gradualmente sucateado?*

RV: Em Portugal, não. Nem mesmo à esquerda, ao menos no que diz respeito aos partidos com maior representação. Dizem ser preciso acabar com a austeridade, mas não dizem como. Isso acontece porque os indivíduos, e os partidos, associam a melhora das condições de vida a partir dos anos 1990 à União Europeia, quando na verdade ela deveu-se, sobretudo, à redução dos preços dos bens de consumo a partir da entrada da China no mercado mundial. Essa facilitação do consumo abriu espaço para grandes endividamentos e a disparada dos preços dos imóveis. O projeto da União Europeia teve muito mais a ver com a “financeirização” do consumo dos trabalhadores do que com uma dádiva que nos foi dada. Isso não é posto em causa por nenhum partido com alguma influência de massas.

CC: *Quem ou quais seriam os potenciais agentes ou instituições viabilizadoras ou promotoras dessa mudança?*

RV: É importante lembrar que a sociedade não é dirigida por quem sabe e deve, e sim por quem se organiza politicamente. Mas com os partidos que temos não vamos a lado nenhum. Ou melhor, vamos: rumo ao declínio. Talvez seja preciso uma nova geração, diferente dessa que nasceu sob o pacto social europeu, para voltarmos a ter dirigentes que mereçam o nosso respeito e confiança. Os atuais olham para o pacto social do pós-Guerra, diretamente associado a uma social-democracia sem nada de novo a oferecer, como uma viúva vítima de violência doméstica no funeral do marido: ela chora, nem sabe por quê.

CC: *Seu livro ressalta a importância da criatividade, da cidadania e da organização coletiva. Como isso se aplicaria ao Brasil?*

RV: Os partidos políticos são fundamentais para um diálogo estratégico e um pensamento teórico. As classes dominantes estão muito mais bem organizadas do que os trabalhadores e temos de dar respostas a esses, mais fragmentados do que nunca, por meio da política. No caso do Brasil, o problema é outro. Os partidos com uma militância engajada, despojada, dedicada aos trabalhadores, são muito minoritários. E o PT transformou-se em um partido de gestão do

Estado, do seu aparelho. Há uma fragilização e o grande desafio da política como um todo é buscar os desiludidos, os desmoralizados. Como os partidos vão fazer para as ideias emancipatórias voltarem a ter força social? É um desafio imenso, até porque é preciso construir pontes com os trabalhadores organizados.

CC: *E no caso da Europa?*

RV: O problema aqui não é falta de consciência da situação, mas falta de organização. Quem vive do trabalho está profundamente atomizado, disperso. A retomada dessa consciência se dará por meio da democracia direta, e não representativa. Não é só decidir quem vai decidir. É decidir de fato. Os cidadãos têm de encontrar mecanismos de decisão nos seus locais de trabalho, hospitais e escolas que frequentam. O modelo de eleições a cada quatro anos, ou delegados sindicais a cada dois anos, não é mais suficiente. O desafio do século XXI é fazer da democracia representativa uma democracia direta, na qual os indivíduos têm o poder real e não de forma meramente ilustrativa.

**Entrevista publicada originalmente na edição 879 de CartaCapital, com o título Todo poder, real, aos cidadãos*

Anexo

Dominique Moïsi: "Estamos caminhando para um mundo pós-ocidental?"

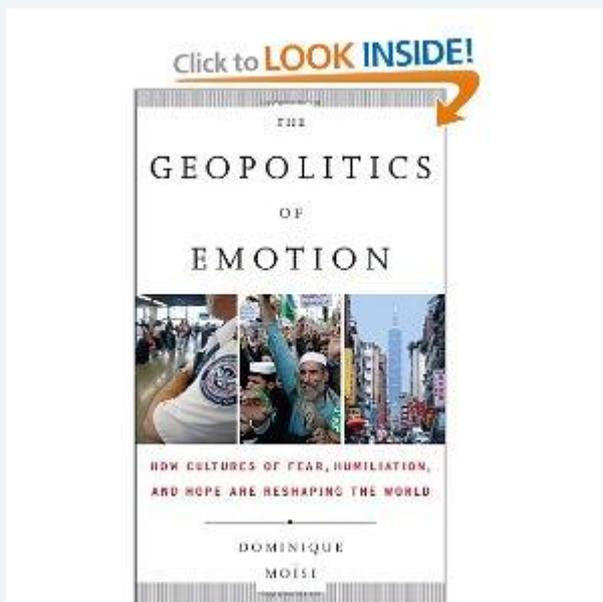
- Postado por [Conti-Bosso](#) em 24 novembro 2011 às 19:41
- [Exibir blog](#)



Prezados, A Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP e a Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso – Fundação iFHC realizou no dia 08 de novembro a palestra “Estamos caminhando para um mundo pós-ocidental? Uma visão da Europa”, proferida pelo Prof. Dominique Moïsi, com os comentários do Presidente Fernando Henrique Cardoso e dos embaixadores Rubens Ricupero e Sergio Amaral Encaminho o link do vídeo da palestra, com o som original - <http://stream.faap.br/FHC/> para todos que se inscreveram. Atenciosamente, Eventos – FAAP

Comentário: A fala de Moïsi é em inglês.

Livro: **The Geopolitics of Emotion: How Cultures of Fear, Humiliation, and Hope are Reshaping the World**



Exibições: 56

Tags: [Dominique Moïsi](#), [FAAP](#), [iFHC](#)

[Compartilhar](#) [Twitter](#) [Facebook](#)